

CGIL

1º trimestre 2019

jan - mar

autorizações de residência
concedidas a imigrantes

MJSP - Ministério da Justiça E Segurança Pública

Ministro – Sergio Moro

**Secretaria Nacional de Justiça - SNJ
Conselho Nacional de Imigração - CNIg**

Secretária e Presidente – Maria Hilda Marsiaj Pinto

Departamento de Migrações - Demig

Diretor – André Zaca Furquim

Coordenação Geral de Imigração Laboral – CGIL

Coordenador Geral – Luiz Alberto Matos dos Santos

OBMigra - Observatório das Migrações Internacionais

Coordenação Geral – Leonardo Cavalcanti

Coordenação Estatística – Antônio Tadeu de Oliveira

Coordenação Executiva – Marília F. R. de Macêdo

Equipe técnica – Paulo Dick e Felipe Quintino

Copyright 2019 – Observatório das Migrações Internacionais

Universidade de Brasília- UnB- Campus Darcy Ribeiro Campus Universitário Darcy Ribeiro/UnB, Prédio Multiuso II - Térreo e Primeiro Piso Brasília/DF Brasil CEP: 70910-900.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Como citar esse texto:

OBMigra. Autorizações de residência concedidas a imigrantes, Relatório 1º Trimestre (jan-mar) 2019/ Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Coordenação Geral de Imigração Laboral . Brasília, DF: OBMigra, 2019

Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-trimestrais>

REALIZAÇÃO:



APOIO:



COORDENAÇÃO GERAL DE
IMIGRAÇÃO LABORAL | CGIL



SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	7
INTRODUÇÃO	8
NOTA METODOLÓGICA	9
DESTAQUES DO RELATÓRIO	11
Capítulo 1 Características Gerais das Autorizações de Residência.	13
Capítulo 2 Características por tipo de Autorizações de Residência Prévia e Residência.	20
Capítulo 3 Características Gerais das Autorizações de Residência Prévia	25
Capítulo 4 Características Específicas das Autorizações de Residência Prévia. RNs(03, 06 e 13)	31
Capítulo 5 Características Gerais das Autorizações de Residência	39
Capítulo 6 Características Específicas das Autorizações de Residência. RNs (02, 13 e 14)	45
Capítulo 7 Características dos Migrantes Qualificados	54
ANEXO I	59
ANEXO II	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 Número de autorizações concedidas, segundo sexo, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.....	14
Tabela 1.2 Número de autorizações concedidas, segundo idade, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.....	15
Tabela 1.3 Número de autorizações concedidas, segundo escolaridade, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.....	15
Tabela 1.4 Número de autorizações concedidas, segundo grupos ocupacionais, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.....	16
Tabela 1.5 número de autorizações concedidas, segundo principais países, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.....	17
Tabela 1.6 número de autorizações concedidas, segundo países do MERCOSUL e associados, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.....	18
Tabela 1.7 número de autorizações concedidas, segundo unidades da federação, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.....	19
Tabela 2.1 número de autorizações concedidas, segundo o tipo de autorização, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 - 2019.....	21
Tabela 2.2 número de autorizações concedidas, segundo o tipo de autorização, por mês, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 - 2019.....	21
Tabela 2.3 número de autorizações de Residência Prévia concedidas, por Resolução Normativa, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 - 2019	22
Tabela 2.4 Número de autorizações de trabalho concedidas para residência, segundo ano por Resolução Normativa, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.....	23
Tabela 2.5 Número de autorizações por andamento, Brasil, por primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.	24
Tabela 2.6 Número de autorizações por andamento, segundo mês, Brasil, 2019.....	24
Tabela 3.1 número de autorizações de Residência Prévia concedidas, segundo sexo, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 - 2019.....	26
Tabela 3.2 número de autorizações de Residências Prévia concedidas, segundo idade, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018 - 2019.....	27
Tabela 3.3 número de autorizações de Residências Prévia concedidas, segundo escolaridade, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 - 2019.....	27

Tabela 3.4 número de autorizações de Residências Prévia concedidas, segundo grupos ocupacionais, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 - 2019.	28
Tabela 3.5 número de autorizações de Residências Prévia concedidas, segundo países, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 - 2019.	29
Tabela 3.6 número de autorizações de Residências Prévia concedidas, segundo UF, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 - 2019.....	30
Tabela 4.1 número de autorizações de Residências Prévia concedidas, segundo Resolução Normativa 03, por principais países, Brasil, segundo trimestre (abr- jun) 2018.....	32
Tabela 4.2 número de autorizações de Residências Prévia concedidas, segundo Resolução Normativa 03, por UF, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 - 2019.....	33
Tabela 4.3 número de autorizações de Residências Prévia concedidas, segundo Resolução Normativa 06, por principais países, Brasil, segundo trimestre (abr- jun) 2018..	34
Tabela 4.4 número de autorizações de Residências Prévia concedidas, segundo Resolução Normativa 06, por UF, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 - 2019.....	35
Tabela 4.5 número de autorizações de Residências Prévia concedidas, segundo Resolução Normativa 13, por principais países, Brasil, segundo trimestre (abr- jun).....	36
Tabela 4.6 número de autorizações de Residências Prévia concedidas, segundo Resolução Normativa 13, por UF, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 - 2019.....	37
Tabela 4.7 valor dos investimentos realizados por pessoa física (em reais), segundo Resolução Normativa 13, por unidade da federação, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 - 2019.....	37
Tabela 4.8 valor dos investimentos realizados por pessoa física (em reais), segundo Resolução Normativa 13, por principais países, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 - 2019.....	38
Tabela 5.1 número de autorizações de Residência concedidas, segundo sexo, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 - 2019	40
Tabela 5.2 número de autorizações de Residência concedidas, segundo idade, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 - 2019.....	41
Tabela 5.3 número de autorizações de Residência concedidas, segundo escolaridade, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 - 2019.....	41
Tabela 5.4 número de autorizações de concedidas, segundo grupos ocupacionais, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 - 2019.....	42
Tabela 5.5 número de autorizações de Residência concedidas, segundo principais países, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 - 2019.....	43
Tabela 5.6 número de autorizações de Residência concedidas, segundo unidades da federação, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 - 2019.....	44

Tabela 6.1 número de autorizações de Residência concedidas, segundo Resolução Normativa 02, por principais países, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 – 2019	46
Tabela 6.2 número de autorizações de Residência concedidas, segundo Resolução Normativa por UF, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 – 2019.....	47
Tabela 6.3 número de autorizações de Residência concedidas, segundo Resolução Normativa 06 por principais países, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 – 2019	48
Tabela 6.4 número de autorizações de Residência concedidas, segundo UF, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 - 2019.....	49
Tabela 6.5 número de autorizações de Residência concedidas, segundo Resolução Normativa 13 por principais países, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 – 2019.....	50
Tabela 6.6 número de autorizações de Residência Prévia concedidas, segundo Resolução Normativa 13, por UF, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 - 2019.....	51
Tabela 6.7 valor dos investimentos realizados por pessoa física (em reais), segundo Resolução Normativa 13, por unidade da federação, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 -2019.....	52
Tabela 6.8 valor dos investimentos realizados por pessoa física (em reais), segundo Resolução Normativa 13, por principais países, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018 - 2019.....	53
Tabela 7.1 número de autorizações concedidas para trabalhadores qualificados, segundo sexo, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.....	55
Tabela 7.2 número de autorizações concedidas para trabalhadores qualificados, segundo idade, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.....	55
Tabela 7.3 número de autorizações concedidas para trabalhadores qualificados, segundo escolaridade, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.....	55
Tabela 7.4 número de autorizações concedidas para trabalhadores qualificados, segundo grupos ocupacionais, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.....	56
Tabela 7.5 número de autorizações concedidas para trabalhadores qualificados, segundo país, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.....	57
Tabela 7.6 número de autorizações concedidas para trabalhadores qualificados, segundo UF, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.....	58
Tabela 7.7 número de autorizações concedidas para trabalhadores qualificados, segundo RN, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.....	58

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1.1. Número de autorizações concedidas, segundo sexo, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.....	14
Número de autorizações de residência prévia concedidas, por sexo, Brasil, primeiro trimestre (jan-ar)	26
Gráfico 5.1. Número de autorizações de residência prévia concedidas, por sexo, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar)	40

INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar os dados referentes às autorizações de Residência concedidas a imigrantes pela Coordenação Geral de Imigração Laboral (CGIL) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) referente ao primeiro trimestre de 2019, incluindo comparação ao de 2018.

A gestão da entrada de imigrantes no Brasil é, principalmente, de responsabilidade de duas pastas governamentais: o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). O primeiro é responsável pela emissão dos vistos de visita, temporário, diplomático, oficial e cortesia. Já ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio da Polícia Federal (DPF), cabe o registro e identificação civil do imigrante, além de ser responsável por: i) receber e deliberar sobre os pedidos de Residência ; ii) deliberar sobre as solicitações de naturalização; e iii) tratar dos casos de repatriação, deportação e expulsão. Em janeiro de 2019, o Ministério da Justiça e Segurança Pública assumiu as atribuições da imigração laboral previstas na regulamentação da Lei nº 13.445 publicada no Decreto nº 9.199, em especial no tocante a emissão das autorizações de Residência para imigrantes, que desejam exercer atividade laboral no Brasil.

Na estrutura do poder executivo federal o Conselho Nacional de Imigração – CNIg tem protagonismo no campo da formulação de política migratória relacionada ao mundo do trabalho. Trata-se de um órgão colegiado, quadripartite, composto por representantes do Governo Federal, dos Trabalhadores, dos Empregadores e da Comunidade Científica e Tecnológica, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e com apoio técnico administrativo da Coordenação Geral de Imigração Laboral (CGIL). Dentre as atividades de formulação de política migratória, o CNIg também edita Resoluções Normativas (RNs), cuja execução compete a Coordenação Geral de Imigração Laboral.

A inovação trazida pela legislação (Lei nº 13.445, regulamentada pelo Decreto nº 9.199) aponta para duas modalidades de solicitação de Residência na esfera trabalhista: Residência Prévia, destinada ao imigrante que se encontra fora do território nacional e obterá o devido visto em uma das repartições consulares do Brasil no exterior; e Residência, para o imigrante que já estiver em terras Brasileiras.

Para seguirmos com a apresentação dos dados da Coordenação Geral de Imigração Laboral (CGIL) é importante destacar os procedimentos de limpeza e de tabulação das bases¹. Algumas Resoluções Normativas concediam autorização de trabalho para migrante em caráter permanente. Na base², no que tange as autorizações amparadas pelo antigo marco legal, aparecem mais de uma autorização para mais de um migrante e nesses casos foi realizada a limpeza dos dados.

Em relação às autorizações amparadas pelo Decreto nº 9.199, de 2017, Residência Prévia e Residência, verificou-se a ocorrência de linhas duplicadas, evitando-se assim a duplicação na contagem desses tipos de concessões. Havia inicialmente 30.954 autorizações para Residências (4.731) e Residências Prévias (26.223). Utilizando a chave Nome do Estrangeiro+Data de Nascimento+País para identificar linhas duplicadas, a nova base totalizou 30.619 autorizações, sendo 4.560 para Residência Prévia e 26.012 para Residência

Alguns procedimentos metodológicos foram adotados para a definição dos imigrantes qualificados. Em primeiro lugar foram removidas as Resoluções Normativas (RNs) referentes às autorizações sem vínculo empregatício, dado que o objetivo do relatório é acompanhar as autorizações dos imigrantes que venham se inserir no mercado formal de trabalho brasileiro. Após a aplicação desse primeiro filtro, um segundo passo foi implementado, selecionando entre os imigrantes com vínculo empregatício apenas aqueles com nível de instrução superior completo ou mais.

No que tange à organização e construção dos capítulos do presente relatório, é importante destacar as necessárias mudanças em relação ao modo como os relatórios vinham sendo elaborados até a emissão do atual Decreto. Nesse sentido, o **Capítulo 1**, Características Gerais das Autorizações de Trabalho, faz a comparação da soma de todas as autorizações concedidas ano de 2018, incluindo as amparadas pela atual legislação, com as autorizações emitidas no mesmo período de 2017, de modo a informar a evolução no volume das concessões.

No **Capítulo 2**, Características por tipo de Autorização, aparecerá a comparação entre os anos de 2018 e 2017 apenas para as antigas Resoluções Normativas, que vigoraram até 20 de novembro de 2017: Características por tipo de autorizações – temporárias e permanentes – por: total, trimestre em 2017. Indeferidas e canceladas por: total, mês no ano de 2018, autorizações temporárias (RNs), autorizações permanentes (RNs)

¹ Para maiores detalhes ver: Cavalcanti, L.; Oliveira, T.; Araujo, D., A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2016. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2016, p. 8 – Notas Metodológicas. Disponível em : <http://acesso.mte.gov.br/obmigra/relatorio-anual/>

Prorrogação das autorizações por: total, trimestre em 2018, autorizações temporárias (RNs), autorizações permanentes (RNs).

O **Capítulo 3**, Características Gerais das Autorizações de Residência Prévia, o Capítulo 4, Características Gerais das Principais Autorizações de Residência Prévia.

Os **Capítulos 1 e 2** apresentarão a comparação entre as Resoluções Normativas, relacionando os anos de 2018 e 2017:

Capítulo 3: Características Gerais das autorizações de Residência Prévia: sexo, idade, escolaridade, grupos ocupacionais, principais países e principais Unidades da Federação.

Capítulo 4: Características por tipo das Autorizações de Residência Prévia: Total e Resoluções Normativas (03, 06, 13)

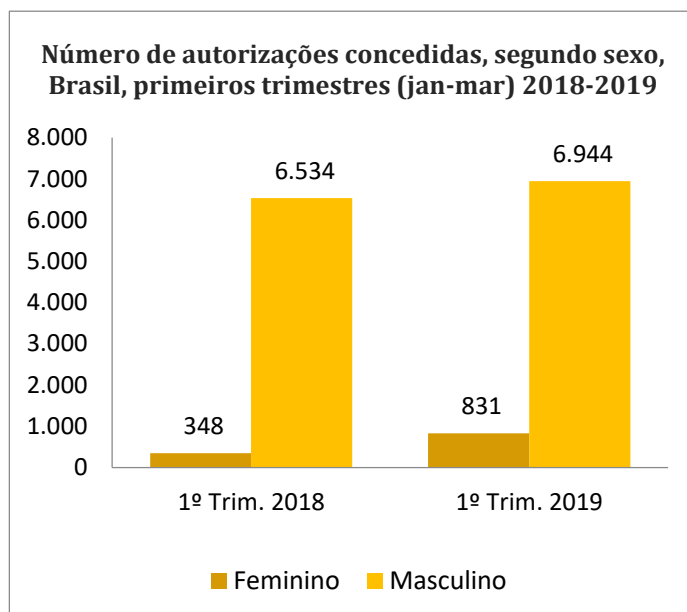
Capítulo 5: Características Gerais das Autorizações de Residência: sexo, idade, escolaridade, grupos ocupacionais, principais países e principais Unidades da Federação.

Capítulo 6: Características Específicas das Autorizações de Residência: Total e Resoluções Normativas (02, 13 e 14)

Capítulo 7: Características dos Migrantes Qualificados.

DESTAQUES DO RELATÓRIO

O volume de concessões de residência no comparativo do primeiro trimestre de 2019, com mesmo período do ano anterior, apresentou variação positiva de cerca de 13%, conforme tabela 1.1. Houve um aumento significativo no número de autorizações concedidas às mulheres, em comparação ao mesmo período de 2018. Este aumento se coaduna com a feminização dos fluxos migratórios no contexto global, mas ainda carece de contextualização no cenário nacional.

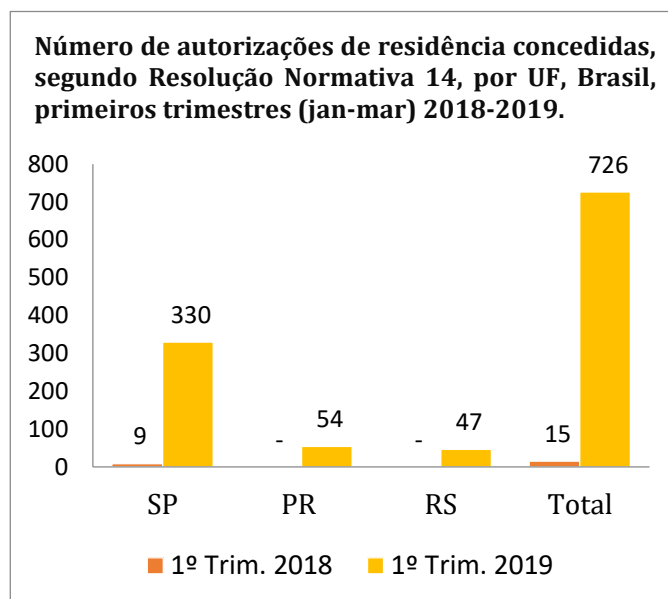


Na atualidade, a proporção de mulheres migrantes no globo é em torno de 50%. Se no quadro geral das migrações no Brasil e nas autorizações da CGIL, ainda predominam as pessoas do sexo masculino, nesse primeiro trimestre, observa-se uma variação de 138,70% para mulheres, dado superior aos homens que tiveram variação de 6,27%.

No primeiro trimestre de 2019, predominou uma população com ensino superior, com destaque significativo para pessoas com doutorado. Americanos, chineses e filipinos foram as nacionalidades que se mais se destacaram em valores absolutos, com os americanos registrando variação anual positiva de cerca de 80%.

Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro continuam sendo aqueles de maior concentração nas residências. Do ponto de vista da inserção ocupacional, as concessões permaneceram concentradas nas ocupações de nível médio e profissionais das ciências e das artes, com esta última apresentando variação positiva de cerca de 30%. Cabe destacar que os estratos ocupacionais que exigem menor qualificação vêm apresentando tendência de declínio na comparação dos trimestres.

Nos períodos observados, quando analisados os tipos de autorização, nota-se variação positiva entre as Resoluções Normativas analisadas (02, 13, 14). Observou-se uma variação significativa na concessão de residência pela RN 14 na comparação entre o 1º trimestre de 2018 (15) e o 1º trimestre de 2019 (725), sendo São Paulo a Unidade da Federação com maior número de concessões, como pode ser observado na tabela 6.4.



O valor dos investimentos realizados por pessoa física (RN 13) no comparativo do primeiro trimestre de 2019, com mesmo período do ano anterior, apresentou variação positiva, com números absolutos de R\$ 3.816097,50 para R\$33.880.027,68. Os investimentos realizados por nacionais da China e da Itália foram os principais responsáveis por esse aumento, como demonstrado na tabela 6.8, concentrando-se no estado de São Paulo o maior volume de investimentos realizados por pessoa física, no primeiro trimestre de 2019, segundo a Resolução Normativa 13.

Capítulo 1

Características Gerais das Autorizações de Residência.

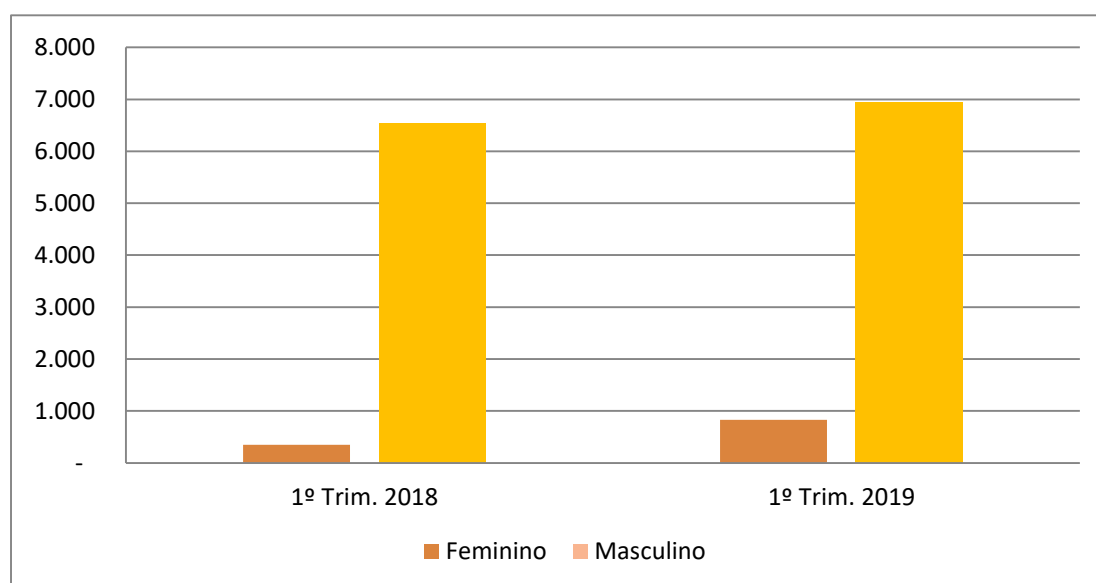
Comparação com as autorizações do anterior marco legal

Tabela 1.1 Número de autorizações concedidas, segundo sexo, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.

Sexo	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Feminino	348	831
Masculino	6.534	6.944
Total	6.882	7.775

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Gráfico 1.1. Número de autorizações concedidas, segundo sexo, Brasil, primeiros trimestres de 2018 e 2019



Fonte: Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 1.2 Número de autorizações concedidas, segundo idade, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.

Idade	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Menor que 20	54	177
20 a 34	2.780	2.946
35 a 49	2.831	3.131
50 a 64	1.169	1.434
65 ou mais	40	85
Não informado	8	2
Total	6.882	7.775

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 1.3 Número de autorizações concedidas, segundo escolaridade, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019

Escolaridade	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Fundamental Incompleto	2	4
Fundamental	7	21
Médio	2.243	2.913
Superior	4.263	4.094
Pós-Graduação	88	128
Mestrado	250	480
Doutorado	29	135
Total	6.882	7.775

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 1.4 Número de autorizações concedidas, segundo grupos ocupacionais, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019

Grupos Ocupacionais	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	5	14
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	438	768
Profissionais das ciências e das artes	2.008	2.593
Técnicos de nível médio	2.782	3.058
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	1	3
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	973	772
Trabalhadores de serviços administrativos	53	126
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	275	216
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	347	225
Total	6.882	7.775

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019

Tabela 1.5 Número de autorizações concedidas, segundo principais países, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019

Países	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Estados Unidos	519	930
China	568	757
Filipinas	1.006	511
Itália	333	494
Índia	517	490
Reino Unido	243	455
Japão	493	414
Alemanha	378	397
França	332	388
Coréia do Sul	148	300
Espanha	205	247
Holanda	93	193
México	116	192
Portugal	100	181
Polônia	196	177
Noruega	148	158
Bélgica	53	102
Romênia	110	79
Ucrânia	105	40
Grécia	107	17
Outros	1.112	1.253
Total	6.882	7.775

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 1.6 Número de autorizações concedidas, segundo países do MERCOSUL e associados, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019

Países	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Colômbia	46	50
Venezuela	56	41
Peru	34	40
Argentina	18	18
Chile	29	17
Equador	5	5
Bolívia	9	4
Paraguai	1	4
Uruguai	2	3
Total	200	182

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 1.7 Número de autorizações concedidas, segundo Unidades da Federação, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.

Unidade da Federação	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
São Paulo	2.015	2.955
Rio de Janeiro	3.232	2.636
Rio Grande do Sul	112	323
Minas Gerais	234	322
Paraná	248	255
Pará	28	184
Bahia	129	144
Ceará	91	143
Pernambuco	154	123
Amazonas	149	121
Espírito Santo	163	103
Santa Catarina	141	101
Sergipe	12	72
Distrito Federal	9	63
Rio Grande do Norte	11	41
Alagoas	34	31
Mato Grosso do Sul	34	30
Paraíba	6	27
Maranhão	10	23
Mato Grosso	1	23
Goiás	44	19
Piauí	15	18
Rondônia	5	7
Tocantins	1	6
Acre	-	2
Roraima	2	2
Amapá	2	1
Total	6.882	7.775

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Capítulo 2

Características por tipo de Autorizações de Residência Prévia e Residência.

Tabela 2.1 Número de autorizações concedidas, segundo o tipo de autorização, Brasil, por primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.

Tipo de autorização	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Permanente	15	3
Temporário	32	1
Residência	386	2.109
Residência Prévia	6.449	5.662
Total	6.882	7.775

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019

Tabela 2.2 Número de autorizações concedidas, segundo o tipo de autorização por mês, Brasil primeiro trimestre (jan-mar) 2019.

Tipo de autorização	jan/19	fev/19	mar/19
Permanente	2	-	1
Temporário	-	-	1
Residência	574	789	746
Residência Prévia	2.205	1.845	1.612
Total	2.781	2.634	2.360

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 2.3 Número de autorizações de Residência Prévia concedidas, por Resolução Normativa, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.

RN	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
RN 02	278	467
RN 03	3.107	2.881
RN 04	266	300
RN 05	169	291
RN 06	2.185	1.328
RN 07	72	41
RN 09	-	1
RN 10	4	1
RN 11	137	164
RN 13	17	25
RN 14	-	1
RN 16	130	3
RN 19	48	88
RN 21	34	42
RN 24	2	19
RN 26	-	9
RN 30	-	1
Total	6.449	5.662

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 2.4 Número de autorizações de Residência, segundo ano por Resolução Normativa, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019

RN	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Mudança de empregador	-	1
RN 02	97	442
RN 03	13	128
RN 04	25	29
RN 05	13	-
RN 06	120	88
RN 07	3	9
RN 08	1	7
RN 10	-	1
RN 11	74	162
RN 12	-	1
RN 13	16	91
RN 14	15	726
RN 15	2	16
RN 17	1	12
RN 19	1	7
RN 20	3	58
RN 21	2	8
RN 24	-	15
RN 26	-	3
RN 30	-	305
Total	386	2.109

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 2.5 Número de autorizações por andamento, Brasil, por primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.

Andamento	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Cancelados	1.598	1.525
Indeferido	556	825
Deferido de prorrogação	49	-
Indeferido prorrogação	64	-
Total	2.267	2.350

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 2.6 Número de autorizações por andamento, por mês (jan - mar), Brasil, 2019.

Andamento	jan/19	fev/19	mar/19
Cancelados	793	445	287
Indeferido	245	349	231
Total	1.038	794	518

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da justiça e Segurança Pública, por mês (jan-mar), 2019.

Capítulo 3

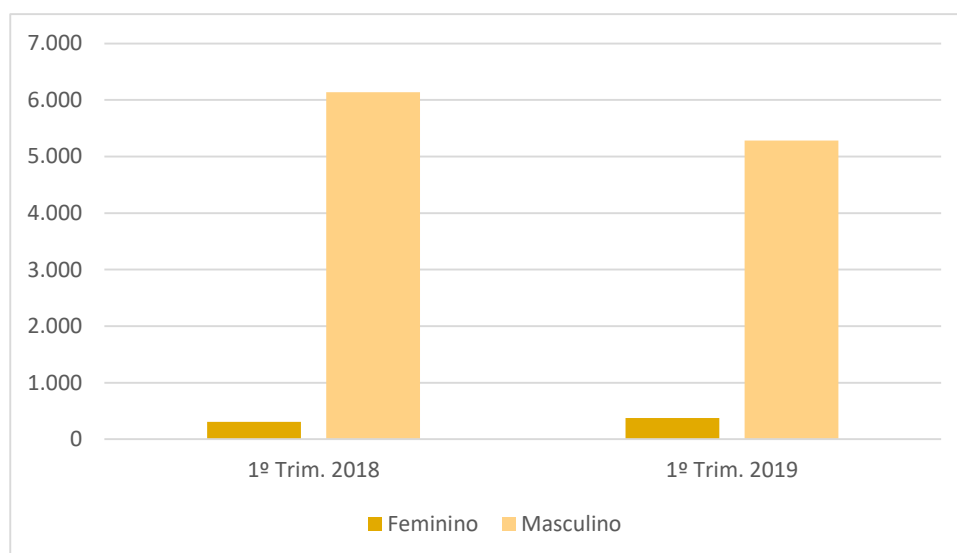
Características Gerais das Autorizações de Residência Prévia

Tabela 3.1 Número de autorizações de residência prévia concedidas, por sexo, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.

Sexo	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Feminino	310	377
Masculino	6.139	5.285
Total	6.449	5.662

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Gráfico 3.1 Número de autorizações de Residência Prévia concedidas, por sexo, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019



Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 3.2 Número de autorizações de residência prévia concedidas, por idade, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.

Idade	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Menor que 20	54	19
20 a 34	2.647	2.035
35 a 49	2.625	2.440
50 a 64	1.079	1.126
65 ou mais	36	40
Não Informado	8	2
Total	6.449	5.662

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 3.3 Número de autorizações de residência prévia concedidas, por escolaridade, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.

Escolaridade	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Fundamental Incompleto	2	2
Fundamental	6	3
Médio	2.094	2.046
Superior	4.033	3.158
Pós-Graduação	79	75
Mestrado	211	323
Doutorado	24	55
Total	6.449	5.662

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 3.4 Número de autorizações de residência prévia concedidas, por grupos ocupacionais, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.

Grupos Ocupacionais	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	5	13
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	324	411
Profissionais das ciências e das artes	1.853	1.321
Técnicos de nível médio	2.683	2.790
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	1	1
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	935	640
Trabalhadores de serviços administrativos	49	104
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	265	185
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	334	197
Total	6.449	5.662

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 3.5 Número de autorizações de residência prévia concedidas, por países, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.

País	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
China	527	544
Filipinas	993	450
Estados Unidos	467	391
Reino Unido	225	390
Índia	486	375
Itália	304	374
Alemanha	374	357
Japão	464	321
França	295	286
Coréia do Sul	138	250
Espanha	182	187
Holanda	88	178
Polônia	185	147
Noruega	142	119
México	109	116
Portugal	71	101
Bélgica	47	92
Romênia	97	77
Áustria	53	74
Suécia	79	65
Outros	1.123	768
Total	6.449	5.662

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 3.6 Número de autorizações de residência prévia concedidas, por UF, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.

UF	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Rio de Janeiro	3.078	2.150
São Paulo	1.826	2.127
Minas Gerais	220	231
Rio Grande do Sul	89	186
Paraná	244	172
Pará	18	122
Ceará	87	97
Amazonas	146	93
Pernambuco	143	88
Bahia	126	86
Espírito Santo	162	86
Santa Catarina	138	52
Sergipe	10	39
Alagoas	34	29
Distrito Federal	6	27
Mato Grosso do Sul	34	24
Goiás	44	12
Maranhão	10	12
Rio Grande do Norte	5	12
Piauí	15	8
Paraíba	6	5
Rondônia	5	2
Acre	-	1
Tocantins	1	1
Amapá	1	-
Mato Grosso	1	-
Total	6.449	5.662

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Capítulo 4

Características Específicas das Autorizações de Residência Prévia

Resoluções Normativas (03, 06 e 13)

Resolução Normativa 03 - Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil, para prestar serviço de assistência técnica

Tabela 4.1 Número de autorizações para residência prévia concedidas, segundo Resolução Normativa 03, por principais países, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.

País	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
China	324	353
Alemanha	326	305
Estados Unidos	333	228
Coréia do Sul	94	206
Itália	217	203
Japão	349	172
Índia	160	169
Reino Unido	125	168
Espanha	144	112
Holanda	62	106
França	71	92
Áustria	50	68
Noruega	76	58
Suécia	56	56
Bélgica	8	51
Polônia	89	50
México	90	46
Portugal	32	46
República Tcheca	4	33
Romênia	16	32
Outros	481	327
Total	3.107	2.881

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 4.2 Número de autorizações para residência prévia concedidas, segundo Resolução Normativa 03, por UF, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.

Unidade da Federação	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
São Paulo	1.210	1.285
Rio de Janeiro	745	638
Minas Gerais	154	175
Paraná	217	143
Rio Grande do Sul	68	106
Pará	11	92
Pernambuco	138	77
Ceará	65	75
Amazonas	114	74
Espírito Santo	54	57
Bahia	88	48
Santa Catarina	131	35
Sergipe	-	31
Mato Grosso do Sul	34	17
Maranhão	8	8
Piauí	14	7
Goiás	39	5
Paraíba	3	3
Rio Grande do Norte	2	2
Rondônia	5	2
Distrito Federal	1	1
Alagoas	6	-
Total	3.107	2.881

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Resolução Normativa 06 - Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil para atuação como marítimo a bordo de embarcação ou plataforma de bandeira estrangeira

Tabela 4.3 Número de autorizações para residência prévia concedidas, segundo Resolução Normativa 06, por principais países, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.

País	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Filipinas	974	424
Reino Unido	85	186
Índia	215	89
Estados Unidos	46	71
Holanda	17	58
Polônia	90	50
México	-	38
Bélgica	32	33
Noruega	56	32
China	22	30
Ucrânia	91	30
Dinamarca	17	28
Romênia	75	26
França	44	22
Croácia	21	21
Rússia	65	20
Colômbia	1	18
Indonésia	7	16
Austrália	-	11
Grécia	97	11
Outros	230	114
Total	2.185	1.328

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 4.4 Número de autorizações para residência prévia concedidas, segundo Resolução Normativa 06, por UF, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.

Unidade da Federação	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Rio de Janeiro	1.974	1.163
Rio Grande do Sul	9	66
São Paulo	66	29
Pará	-	28
Alagoas	26	26
Espírito Santo	103	8
Ceará	2	4
Paraná	-	2
Maranhão	1	1
Santa Catarina	-	1
Sergipe	4	-
Total	2.185	1.328

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Resolução Normativa 13 - Disciplina a concessão de autorização de residência para realização de investimento de pessoa física em pessoa jurídica no país.

Tabela 4.5 Número de autorizações para residência prévia concedidas, segundo Resolução Normativa 13, por principais países, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.

País	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Itália	2	9
China	9	3
França	2	3
Portugal	-	3
Argentina	-	1
Coréia Do Sul	-	1
Espanha	-	1
Estados Unidos	1	1
Holanda	-	1
Israel	-	1
Lituânia	-	1
Alemanha	1	-
Bélgica	1	-
Líbano	1	-
Total	17	25

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 4.6 Número de autorizações para residência prévia concedidas, segundo Resolução Normativa 13, por UF, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.

Unidade da Federação	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Bahia	3	10
Ceará	2	2
Goiás	1	-
Minas Gerais	-	1
Rio de Janeiro	1	5
Rio Grande do Norte	2	1
Santa Catarina	1	-
São Paulo	7	6
Total	17	25

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 4.7 Valor dos investimentos realizados por pessoa física (em reais), segundo Resolução Normativa 13, por Unidade da Federação, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.

Unidade da Federação	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Bahia	R\$ 1.976.062,20	R\$ 5.944.938,59
São Paulo	R\$ 3.838.849,90	R\$ 3.317.594,21
Rio de Janeiro	R\$ 500.000,00	R\$ 2.688.564,05
Ceará	R\$ 1.016.898,60	R\$ 1.082.193,00
Rio Grande do Norte	R\$ 1.814.328,00	R\$ 1.053.650,00
Minas Gerais	R\$ -	R\$ 153.201,00
Goiás	R\$ 500.000,00	R\$ -
Santa Catarina	R\$ 613.953,90	R\$ -
Total	R\$ 10.260.092,60	R\$ 14.240.140,85

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 4.8 Valor dos investimentos realizados por pessoa física (em reais), segundo Resolução Normativa 13, por principais países, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.

País	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Itália	R\$ 1.814.328,00	R\$ 5.539.471,01
Portugal	R\$ -	R\$ 1.974.269,52
França	R\$ 1.025.961,00	R\$ 1.669.870,11
China	R\$ 5.414.208,90	R\$ 1.604.737,91
Israel	R\$ -	R\$ 612.000,00
Coréia Do Sul	R\$ -	R\$ 594.348,30
Lituânia	R\$ -	R\$ 577.655,00
Espanha	R\$ -	R\$ 510.000,00
Holanda	R\$ -	R\$ 504.538,00
Estados Unidos	R\$ 500.000,00	R\$ 500.050,00
Argentina	R\$ -	R\$ 153.201,00
Alemanha	R\$ 504.530,00	R\$ -
Bélgica	R\$ 500.000,00	R\$ -
Líbano	R\$ 501.064,70	R\$ -
Total	R\$ 10.260.092,60	R\$ 14.240.140,85

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Capítulo 5

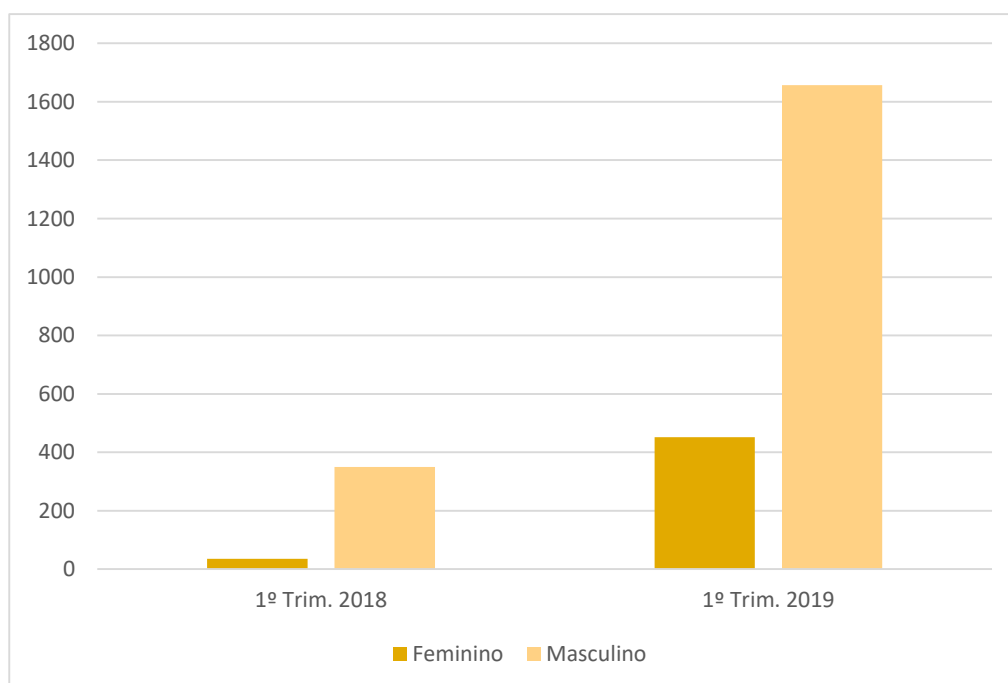
Características Gerais das Autorizações de Residência

Tabela 5.1 Número de autorizações de residência concedidas, por sexo, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.

Sexo	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Feminino	36	452
Masculino	350	1.657
Total	386	2.109

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Gráfico 5.1. Número de autorizações de Residência concedidas, por sexo, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019



Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 5.2 Número de autorizações de residência concedidas, por idade, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.

Idade	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
menor que 20	-	158
20 a 34	122	910
35 a 49	179	691
50 a 64	81	305
65 ou mais	4	45
Total	386	2.109

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 5.3 Número de autorizações de residência concedidas, por escolaridade, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.

Escolaridade	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Fundamental Incompleto	-	2
Fundamental	1	18
Médio	121	867
Superior	212	934
Pós-Graduação	8	52
Mestrado	39	157
Doutorado	5	79
Total	386	2.109

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 5.4 Número de autorizações de residência concedidas, por grupos ocupacionais, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.

Grupos Ocupacionais	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	-	1
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	109	354
Profissionais das ciências e das artes	131	1.271
Técnicos de nível médio	98	268
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	-	2
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	21	132
Trabalhadores de serviços administrativos	4	22
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	10	31
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	13	28
Total	386	2.109

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 5.5 Número de autorizações de residência concedidas, por países, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018-2019.

País	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Estados Unidos	50	539
China	22	213
Itália	27	120
Índia	31	115
França	36	102
Japão	28	93
Portugal	29	78
México	6	76
Reino Unido	18	65
Filipinas	13	61
Espanha	14	60
Coréia do Sul	10	50
Alemanha	4	39
Noruega	6	39
Polônia	10	30
Rússia	4	21
Tailândia	-	19
Venezuela	-	19
Cuba	2	18
Guatemala	1	18
Outros	75	334
Total	386	2.109

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 5.6 Número de autorizações de residência concedidas, por UF, Brasil, primeiro trimestre (jan-mar) 2018

UF	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
São Paulo	173	825
Rio de Janeiro	145	486
Rio Grande do Sul	6	137
Minas Gerais	13	91
Paraná	4	83
Pará	10	62
Bahia	3	57
Santa Catarina	3	49
Ceará	4	46
Distrito Federal	2	36
Pernambuco	11	35
Sergipe	2	33
Rio Grande do Norte	3	29
Amazonas	3	28
Mato Grosso	-	23
Paraíba	-	22
Espírito Santo	1	17
Maranhão	-	11
Piauí	-	10
Goiás	-	7
Mato Grosso do Sul	-	6
Rondônia	-	5
Tocantins	-	5
Alagoas	-	2
Roraima	2	2
Acre	-	1
Amapá	1	1
Total	386	2.109

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Capítulo 6

Características Específicas das Autorizações de Residência

Resoluções Normativas (02, 13 e 14)

Resolução Normativa 02 - Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho com vínculo empregatício no Brasil.

Tabela 6.1 Número de autorizações para residência concedidas, segundo Resolução Normativa 02, por principais países, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019

País	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
China	10	72
Japão	7	49
Portugal	16	34
Itália	6	31
França	20	28
Estados Unidos	5	25
Espanha	4	24
Índia	6	24
Alemanha	2	19
México	1	16
Reino Unido	7	16
Suíça	-	13
Venezuela	-	13
Cuba	1	8
Coréia do Sul	3	7
Holanda	-	6
Canadá	-	5
Filipinas	-	5
Rússia	1	4
Bélgica	1	3
Outros	7	40
Total	97	442

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 6.2 Número de autorizações para residência concedidas, segundo Resolução Normativa 02, por UF, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.

Unidade da Federação	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
São Paulo	50	247
Rio de Janeiro	21	63
Rio Grande do Sul	4	30
Minas Gerais	8	16
Paraná	3	16
Amazonas	-	12
Distrito Federal	1	11
Ceará	2	7
Santa Catarina	-	7
Bahia	2	6
Espírito Santo	1	3
Maranhão	-	3
Mato Grosso	-	3
Pará	1	3
Paraíba	-	3
Rio Grande do Norte	-	3
Sergipe	1	3
Goiás	-	2
Pernambuco	2	2
Mato Grosso do Sul	-	1
Rondônia	-	1
Amapá	1	-
Total	97	442

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Resolução Normativa 14 - Disciplina a concessão de visto temporário e autorização de residência para prática de atividades religiosas.

Tabela 6.3 Número de autorizações para residência concedidas, segundo Resolução Normativa 14, por principais países, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.

País	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Estados Unidos	2	468
México	-	39
Filipinas	-	20
Guatemala	-	18
Itália	-	18
Moçambique	2	17
Cabo Verde	-	15
Portugal	1	11
República Dominicana	3	11
Honduras	-	10
El Salvador	-	9
Índia	-	8
Quênia	1	7
Tanzânia	-	5
Angola	-	4
Canadá	1	4
Costa Rica	-	4
Nicarágua	-	4
Nova Zelândia	-	4
Coréia do Sul	-	3
Outros	5	47
Total	15	726

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 6.4 Número de autorizações de residência concedidas, segundo Resolução Normativa 14, por UF, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.

Unidade da Federação	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
São Paulo	9	330
Paraná	-	54
Rio Grande do Sul	-	47
Minas Gerais	-	41
Pará	-	38
Bahia	-	32
Pernambuco	3	26
Santa Catarina	-	20
Mato Grosso	-	19
Paraíba	-	18
Rio de Janeiro	1	17
Distrito Federal	-	16
Amazonas	-	12
Rio Grande do Norte	-	12
Espírito Santo	-	9
Piauí	-	9
Ceará	-	6
Maranhão	-	6
Tocantins	-	3
Mato Grosso do Sul	-	2
Rondônia	-	2
Sergipe	-	2
Acre	-	1
Alagoas	-	1
Amapá	-	1
Goiás	-	1
Roraima	2	1
Total	15	726

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Resolução Normativa 13 - Disciplina a concessão de autorização de residência para realização de investimento de pessoa física em pessoa jurídica no País.

Tabela 6.5 Número de autorizações de residência concedidas, segundo Resolução Normativa 13, por principais países, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.

País	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Itália	-	31
China	8	22
França	3	7
Espanha	-	5
Portugal	-	4
Reino Unido	-	4
Alemanha	-	3
Bélgica	-	3
Austrália	-	1
Estados Unidos	-	1
Grécia	-	1
Holanda	1	1
Índia	2	1
Irã	-	1
Israel	-	1
Líbano	1	1
Nigéria	-	1
Sérvia	-	1
Suíça	-	1
Venezuela	-	1
Canadá	1	-
Total	16	91

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019

Tabela 6.6 Número de autorizações de residência concedidas, segundo Resolução Normativa 13, por UF, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019

Unidade da Federação	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
São Paulo	12	32
Ceará	-	18
Rio Grande do Norte	2	11
Bahia	-	10
Rio de Janeiro	1	5
Santa Catarina	1	4
Pernambuco	-	2
Rio Grande do Sul	-	2
Alagoas	-	1
Amazonas	-	1
Distrito Federal	-	1
Espírito Santo	-	1
Maranhão	-	1
Minas Gerais	-	1
Pará	-	1
Total	16	91

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2018-2019.

Tabela 6.7 Valor dos investimentos realizados por pessoa física (em reais), segundo Resolução Normativa 13, por Unidade da Federação, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.

Unidade da Federação	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
São Paulo	R\$ 1.961.705,40	R\$ 12.887.712,73
Ceará	R\$ -	R\$ 9.439.306,39
Bahia	R\$ -	R\$ 3.196.787,00
Rio Grande do Norte	R\$ 1.509.719,00	R\$ 2.441.218,60
Santa Catarina	R\$ 152.000,20	R\$ 1.619.558,20
Rio de Janeiro	R\$ 192.672,90	R\$ 1.588.635,76
Amazonas	R\$ -	R\$ 619.000,00
Distrito Federal	R\$ -	R\$ 500.000,00
Pernambuco	R\$ -	R\$ 343.720,00
Rio Grande do Sul	R\$ -	R\$ 300.000,00
Pará	R\$ -	R\$ 233.350,00
Alagoas	R\$ -	R\$ 217.800,00
Maranhão	R\$ -	R\$ 177.029,00
Espírito Santo	R\$ -	R\$ 165.910,00
Minas Gerais	R\$ -	R\$ 150.000,00
Total	R\$ 3.816.097,50	R\$ 33.880.027,68

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 6.8 Valor dos investimentos realizados por pessoa física (em reais), segundo Resolução Normativa 13, por principais países, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.

País	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Itália	R\$ -	R\$ 7.406.349,05
China	R\$ 1.319.655,30	R\$ 7.151.702,35
Reino Unido	R\$ -	R\$ 4.171.162,80
França	R\$ 1.659.719,00	R\$ 3.463.256,40
Alemanha	R\$ -	R\$ 3.332.689,20
Portugal	R\$ -	R\$ 2.062.559,00
Espanha	R\$ -	R\$ 1.344.180,00
Índia	R\$ 306.000,00	R\$ 650.000,00
Venezuela	R\$ -	R\$ 619.000,00
Austrália	R\$ -	R\$ 567.374,70
Irã	R\$ -	R\$ 550.000,00
Estados Unidos	R\$ -	R\$ 514.117,00
Bélgica	R\$ -	R\$ 503.980,00
Holanda	R\$ 151.323,00	R\$ 500.000,00
Grécia	R\$ -	R\$ 285.000,00
Suíça	R\$ -	R\$ 157.048,58
Israel	R\$ -	R\$ 151.311,00
Sérvia	R\$ -	R\$ 150.297,60
Líbano	R\$ 227.400,00	R\$ 150.000,00
Nigéria	R\$ -	R\$ 150.000,00
Canadá	R\$ 152.000,20	R\$ -
Total	R\$ 3.816.097,50	R\$ 33.880.027,68

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Capítulo 7

Características dos Migrantes Qualificados

Tabela 7.1 Número de autorizações concedidas para trabalhadores qualificados, segundo sexo, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.

Sexo	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Feminino	70	183
Masculino	270	658
Total	340	841

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 7.2 Número de autorizações concedidas para trabalhadores qualificados, segundo idade, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.

Idade	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Menor que 20	2	2
20 a 34	180	390
35 a 49	132	339
50 a 64	25	102
65 ou mais	1	7
Não Informado	-	1
Total	340	841

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 7.3 Número de autorizações concedidas para trabalhadores qualificados, segundo escolaridade, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.

Escolaridade	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Superior	226	548
Pós-Graduação	13	37
Mestrado	92	205
Doutorado	9	51
Total	340	841

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 7.4 Número de autorizações concedidas para trabalhadores qualificados, segundo grupos ocupacionais, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.

Grupos Ocupacionais	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	153	362
Profissionais das ciências e das artes	122	342
Técnicos de nível médio	46	98
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	1	-
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	6	9
Trabalhadores de serviços administrativos	5	22
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	4	5
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	3	3
Total	340	841

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 7.5 Número de autorizações concedidas para trabalhadores qualificados, segundo país, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.

País	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
China	54	152
Japão	47	89
Estados Unidos	41	84
França	38	68
Portugal	26	49
Itália	11	48
Espanha	10	40
México	9	39
Índia	12	38
Alemanha	13	37
Reino Unido	10	27
Coréia do Sul	7	15
Suíça	2	15
Canadá	2	13
Noruega	6	13
Holanda	4	12
Cuba	5	11
Venezuela	3	11
Total	340	841

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 7.6 Número de autorizações concedidas para trabalhadores qualificados, segundo UF, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.

UF	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
São Paulo	187	465
Rio de Janeiro	71	141
Minas Gerais	22	39
Distrito Federal	6	31
Rio Grande do Sul	8	30
Paraná	16	28
Santa Catarina	-	17
Amazonas	5	14
Ceará	1	12
Bahia	5	8
Pernambuco	2	8
Espírito Santo	4	7
Maranhão	1	6
Rio Grande do Norte	-	6
Sergipe	1	6
Paraíba	3	5
Pará	2	4
Goiás	1	3
Mato Grosso	1	3
Mato Grosso do Sul	-	3
Alagoas	2	2
Acre	-	1
Rondônia	-	1
Tocantins	1	1
Amapá	1	-
Total	340	841

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 7.7 Número de autorizações concedidas para trabalhadores qualificados, segundo RN, Brasil, primeiros trimestres (jan-mar) 2018-2019.

RN	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019
RN 02	316	781
RN 21	22	26
RN 24	2	34
Total	340	841

Fonte: Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da justiça e Segurança Pública, primeiros trimestres de 2018 e 2019.

ANEXO I

Resolução Normativa	Descrição	Observações Importantes
Resolução Normativa Nº 2 DE 01/12/2017	Disciplina a concessão de autorização de Residência para fins de trabalho com vínculo empregatício no Brasil.	Autorização de Residência para fins de trabalho, nos termos do art. 38, § 1º, e do art. 147, § 1º, do Decreto nº 9.199, de 2017, ao imigrante com vínculo empregatício no Brasil.
Resolução Normativa Nº 3 DE 01/12/2017	Disciplina a concessão de autorização de Residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil, para prestar serviço de assistência técnica.	Autorização de Residência para fins de trabalho, nos termos do art. 38, § 2º, inciso III do Decreto nº 9.199, de 2017, ao imigrante que venha ao País, sem vínculo empregatício no Brasil, para prestação de serviço de assistência técnica, em decorrência de contrato, acordo de cooperação ou convênio, firmado entre pessoa jurídica estrangeira e pessoa jurídica Brasileira.
Resolução Normativa Nº 4 DE 01/12/2017	Disciplina a concessão de autorização de Residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil, para transferência de tecnologia.	Autorização de Residência para fins de trabalho, nos termos do art. 38, § 2º, inciso III do Decreto nº 9.199, de 2017, ao imigrante que venha ao País, sem vínculo empregatício no Brasil, para transferência de tecnologia, em decorrência de contrato, acordo de cooperação ou convênio, firmado entre pessoa jurídica estrangeira e pessoa jurídica Brasileira.
Resolução Normativa Nº 5 DE 01/12/2017	Disciplina a concessão de autorização de Residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil a marítimo que trabalhe a bordo de embarcação de cruzeiros marítimos pela costa Brasileira.	Autorização de Residência para fins de trabalho, nos termos do art. 38, § 2º, inciso VII, e do art. 147, § 2º, inciso VII, do Decreto nº 9.199, de 2017, ao imigrante, sem vínculo empregatício no Brasil, para trabalhar a bordo de embarcação de cruzeiros marítimos pela costa Brasileira, com prazo de estada superior a noventa dias.
Resolução Normativa Nº 6 DE 01/12/2017	Disciplina a concessão de autorização de Residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil para atuação como marítimo a bordo de embarcação ou plataforma de bandeira estrangeira.	Autorização de Residência para fins de trabalho, nos termos do art. 38, § 2º, inciso VII, e do art. 147, § 2º, inciso VII, do Decreto nº 9.199, de 2017, ao imigrante, sem vínculo empregatício no Brasil, para exercer atividades profissionais de marítimo, de caráter contínuo, a bordo de embarcação ou plataforma de bandeira estrangeira, que venha a operar ou em operação nas águas jurisdicionais Brasileiras, com prazo de estada superior a noventa dias.
Resolução Normativa Nº 07 de 01/12/2017	Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil para prestar serviço ou auxílio técnico ao Governo brasileiro.	autorização de residência para fins de trabalho, nos termos do art. 38, §2º, inciso I e do art. 147, § 2º, inciso I, do Decreto nº 9.199, de 2017, ao imigrante, sem vínculo empregatício no Brasil, para prestar serviço ou auxílio técnico ao Governo brasileiro.

Resolução Normativa Nº 08 de 01/12/2017	Disciplina a concessão de visto temporário e autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil ao abrigo de acordo de cooperação internacional.	O visto temporário, previsto no inciso II do § 2º do art. 38 do Decreto nº 9.199, de 2017, poderá ser concedido a imigrante que pretenda vir ao Brasil ao abrigo de acordo de cooperação internacional, assim reconhecido pelo Ministério das Relações Exteriores, sem vínculo empregatício no Brasil, na qualidade de técnico, prestador de serviço, voluntário, especialista e professor, junto a entidades oficiais, privadas ou não governamentais.
Resolução Normativa Nº 09 de 01/12/2017	Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil, para representar no País, instituição financeira ou assemelhada sediada no exterior.	autorização de residência para fins de trabalho, nos termos do art. 38, § 2º, inciso IV e do art. 147, § 2º, inciso IV, do Decreto nº 9.199, de 2017, ao imigrante, sem vínculo empregatício no Brasil, para representar no País instituição financeira ou assemelhada sediada no exterior
Resolução Normativa Nº 10 de 01/12/2017	Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil, para representar pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos.	autorização de residência para fins de trabalho, nos termos do art. 38, § 2º, inciso V e do art. 147, § 2º, inciso V, do Decreto nº 9.199, de 2017, ao imigrante, sem vínculo empregatício no Brasil, para representar pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos.
Resolução Normativa Nº 11 de 01/12/2018	Disciplina a concessão de autorização de Residência para imigrante administrador, gerente, diretor ou executivo com poderes de gestão, para representar sociedade civil ou comercial, grupo ou conglomerado econômico – pessoa jurídica.	Autorização de Residência para realização de investimento, nos termos do art. 43 e do art. 151, § 2º, do Decreto nº 9.199, de 2017, ao imigrante administrador, gerente, diretor ou executivo com poderes de gestão, para representar sociedade civil ou comercial, grupo ou conglomerado econômico que realize investimento externo em empresa estabelecida no País, com potencial para geração de empregos ou de renda.
Resolução Normativa Nº 12 de 01/12/2018	Disciplina a concessão de autorização de residência para exercício de cargo, função ou atribuição, sem vínculo empregatício, por prazo indeterminado, em razão de legislação federal específica exigir residência no Brasil.	autorização de residência para fins de trabalho ao imigrante, sem vínculo empregatício no Brasil, por prazo indeterminado, em razão de legislação federal específica exigir residência no País para exercício de cargo, função ou atribuição, nos termos do art. 38, §2º, inciso IX e do art. 147, § 2º, inciso IX, do Decreto nº 9.199, de 2017.
Resolução Normativa Nº 13 de 12/12/2018	Disciplina a concessão de autorização de residência para realização de investimento de pessoa física em pessoa jurídica no País.	autorização de residência, nos termos do art. 42 e do art. 151, caput, do Decreto nº 9.199, de 2017, a imigrante, pessoa física, que pretenda, com recursos próprios de origem externa, realizar investimento em pessoa jurídica no Brasil, em projeto com potencial para geração de empregos ou de renda no País.

Resolução Normativa Nº 14 de 12/12/2018	Disciplina a concessão de visto temporário e autorização de residência para prática de atividades religiosas.	O visto temporário, nos termos do art. 40, caput, do Decreto nº 9.199, de 2017, para prática de atividades religiosas, poderá ser concedido ao ministro de confissão religiosa ou membro de instituição de vida consagrada, ou confessional, ou de ordem religiosa, que venha ao País para prestação de serviços de assistência religiosa, sem vínculo empregatício no Brasil.
Resolução Normativa Nº 15 de 12/12/2018	Disciplina a concessão de visto temporário e autorização de residência para prestação de serviço voluntário junto à entidade de direito público ou privado sem fins lucrativos, ou a organização vinculada a governo estrangeiro.	O visto temporário, nos termos do art. 41, caput, do Decreto nº 9.199, de 2017, poderá ser concedido a imigrante que venha ao País prestar serviço voluntário junto a entidade de direito público ou privado sem fins lucrativos, ou a organização vinculada a governo estrangeiro, sem vínculo empregatício no Brasil nem remuneração de qualquer espécie.
Resolução Normativa Nº 16 de 12/12/2018	Disciplina a concessão de autorização de residência prévia, para realização de atividades artísticas ou desportivas, com contrato por prazo determinado, sem vínculo empregatício com pessoa física ou jurídica sediada no país.	autorização de residência prévia, para realização de atividades artísticas ou desportivas, nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.199, de 2017, a imigrante que venha ao País para participar de exposições, espetáculos, apresentações artísticas, encontros de artistas, competições desportivas e outras atividades congêneres, com contrato por prazo determinado, sem vínculo empregatício com pessoa física ou jurídica sediada no País, com prazo de estada superior a 90 (noventa) dias.
Resolução Normativa Nº 17 de 12/12/2018	Disciplina a concessão de visto temporário e autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil, para realização de atividade como correspondente de jornal, revista, rádio, televisão ou agência noticiosa estrangeira.	O visto temporário, nos termos do art. 38, §2º, inciso X, do Decreto nº 9.199, de 2017, poderá ser concedido a imigrante que pretenda vir ao Brasil para realização de atividade como correspondente de jornal, revista, rádio, televisão ou agência noticiosa estrangeira.
Resolução Normativa Nº 18 de 12/12/2018	Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil, para receber treinamento profissional junto à subsidiária, filial ou matriz brasileira.	autorização de residência para fins de trabalho, nos termos do art. 38, §2º, inciso VI e do art. 147, § 2º, inciso VI, do Decreto nº 9.199, de 2017, a imigrante, sem vínculo empregatício no Brasil, vinculado a Grupo Econômico Transnacional, cuja matriz seja empresa brasileira, que exerça função técnicaoperacional ou administrativa, em Sociedade Civil ou Comercial do mesmo Grupo ou Conglomerado Econômico, com a finalidade de capacitação e assimilação da cultura empresarial e metodologia de gestão da matriz brasileira, bem como permitir o intercâmbio e compartilhamento de experiências inerentes à função exercida pelos profissionais.

Resolução Normativa Nº 19 de 12/12/2018	Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil, para receber treinamento profissional junto à subsidiária, filial ou matriz brasileira.	autorização de residência para fins de trabalho, nos termos do art. 38, §2º, inciso VI e do art. 147, § 2º, inciso VI, do Decreto nº 9.199, de 2017, a imigrante, sem vínculo empregatício no Brasil, vinculado à empresa estrangeira para receber treinamento profissional junto à subsidiária, filial ou matriz brasileira pertencente ao mesmo grupo econômico.
Resolução Normativa Nº 20 de 12/12/2017	Disciplina a concessão de visto temporário e de autorização de residência para pesquisa, ensino ou extensão acadêmica a cientista, pesquisador, professor e ao profissional estrangeiro que pretenda vir ao País, com prazo de estada superior a 90 (noventa) dias.	º O visto temporário para pesquisa, ensino ou extensão acadêmica previsto na letra “a” do inciso I do art. 14 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, poderá ser concedido a imigrante sem vínculo empregatício com a instituição de pesquisa ou de ensino brasileira que venha ao País com prazo de estada superior a 90 (noventa) dias.
Resolução Normativa Nº 21 de 12/12/2018	Disciplina a concessão de autorização de Residência para fins de trabalho com vínculo empregatício no Brasil, na condição de atleta profissional, definido em lei.	Autorização de Residência para fins de trabalho, nos termos do art. 38, § 1º, e do art. 147, § 1º, do Decreto nº 9.199, de 2017, a imigrante na condição de atleta profissional, definido em lei, contratado com vínculo empregatício, por entidade de prática desportiva, de direito privado, nos termos do art. 46, da Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998 e suas alterações posteriores.
Resolução Normativa Nº 24 de 20/02/2018	Disciplina a concessão de autorização de residência para realização de pesquisa, ensino ou extensão acadêmica com vínculo no País.	autorização de residência a imigrante que venha ao País para realizar atividade de pesquisa, ensino ou extensão acadêmica, com vínculo no Brasil, nos termos do art. 34 e do art. 143, do Decreto nº 9.199, de 2017.
Resolução Normativa Nº 26 de 20/02/2018	Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho para realização de estágio profissional ou intercâmbio profissional.	autorização de residência para fins de trabalho, com ou sem vínculo empregatício no Brasil, a imigrante que venha para participar de programa de intercâmbio profissional com entidade empregadora estabelecida no País, nos termos do art. 38, §§1º e 2º, inciso VIII e do art. 147, §§ 1º e 2º, inciso VIII, do Decreto nº 9.199, de 2017.
Resolução Normativa Nº 30 de 20/02/2018	Disciplina a renovação do prazo de autorização de residência ou a alteração para prazo indeterminado.	Possibilidade de renovação do prazo inicial de residência concedido, pelo período de até dois anos ou a alterar o prazo de residência para prazo indeterminado, nos termos do art. 142, § 3º, do Decreto nº 9.199, de 2017.

Anexo II

Informações e procedimentos para obtenção de autorização de Residência para fins de trabalho no Brasil.

Anexo II Informações e procedimentos para obtenção de autorização de Residência para fins de trabalho no Brasil A lei 13.445/2017 e o Decreto 9.199/2017 passaram a reger a condição do imigrante no país e estabeleceram a competência legal do Ministério da Justiça e segurança Pública (MJSP) para AUTORIZAÇÕES DE RESIDÊNCIAS PARA FINS DE LABORAIS.

Assim, as situações de migração laboral, Residência Prévia para fins de concessão de visto ou Residência , passaram a ser analisadas pela Coordenação-Geral de Imigração Laboral (CGIL).

Nesse contexto, o imigrante para trabalhar no Brasil, com vínculo empregatício ou não, salvo exceções, necessita de autorização de Residência para fins laborais (Residência Prévia para fins de concessão de visto {deve indicar o consulado onde irá retirar o Visto} ou Residência para o interessado que já estiver em território nacional) junto à Coordenação-Geral de Imigração, bem como atender a legislação vigente, especialmente as normas específicas editadas pelo Conselho Nacional de Imigração, em forma de Resoluções Normativas.

Assim, a autorização de Residência Prévia para fins de trabalho é emitida pela Coordenação Geral de Imigração Labotal/MJSP e é exigida pelas autoridades consulares Brasileiras, em conformidade com a legislação em vigor, para efeito de concessão de visto temporário ao migrante que deseje ingressar no Brasil a trabalho. Já o Visto é emitido pelo Ministério das Relações Exteriores que se traduz uma expectativa de direito ao interessado de ingressar no Brasil. Já no pedido de Residência não há indicação de repartição consular, tendo em vista que o interessado já se encontra em território nacional. Assim, após o deferimento do pedido de Residência deverá se dirigir à Polícia Federal para registro.

A Coordenação-Geral de Imigração possui o “Sistema de Gestão e Controle de Imigração” – MIGRANTEWEB que requer CERTIFICAÇÃO DIGITAL para utilizar nos pedidos de autorização de Residência ao imigrante, ou seja, pedidos direcionados à Coordenação Geral de Imigração precisam ser encaminhados por meio de Certificado Digital. O interessado no momento do cadastramento (antigo pré-cadastro), enviará os documentos e receberá um número de “processo”, com o qual poderá acompanhar o processo.

No caso de acontecer alguma situação não contemplada nas Resoluções Normativas (RNs) existentes, o caso é apreciado pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que fará a análise e encaminhamentos. Esse processo revela uma interdependência entre as pastas governamentais no processo administrativo de autorização de migrantes no Brasil.